

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

-----Aos vinte e oito dias do mês de Agosto do ano dois mil, nesta vila de Bombarral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião pública e ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro e dos senhores vereadores João Carlos Barreiras Duarte, João Manuel Carvalho Hipólito, Manuel Quintino Filipe Silva, Amílcar António Santos e José Vítor Ribeiro Silva. -----

-----Faltou a esta reunião o senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte.-----

-----Secretariaram a reunião a Chefe de Secção Cidália Maria Pancrácio Santos e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. ---

-----Pelas 16.10 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1566. JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS: -----

1566.01 JOSÉ VÍTOR RIBEIRO DA SILVA: Foi deliberado por unanimidade justificar a falta do senhor vereador José Vítor Silva à reunião de 14.08.2000 por motivo de férias.-----

-----DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO: Antes da discussão e votação deste assunto, o senhor vereador José Vítor Silva, comunicou ao senhor presidente da Câmara, nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, encontrar-se impedido de intervir na discussão e votação deste assunto, por força da alínea a) do artigo 44.º do referido Código, atendendo ao facto do mesmo lhe dizer directamente respeito, pelo que o senhor presidente da Câmara declarou interdita a sua intervenção neste acto. -----

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo, o senhor vereador José Vítor Silva, retirou-se da reunião, regressando após a discussão e votação deste assunto. -----

1566.02 MANUEL QUINTINO FILIPE SILVA: Foi deliberado por maioria com o voto contra do senhor presidente da Câmara e do senhor vereador João Carlos Duarte e o voto favorável dos restantes membros do executivo justificar a falta do senhor vereador Manuel Quintino à reunião de 14.08.2000, por ter usufruído da tolerância de ponto concedida aos funcionários, conforme havia previamente informado o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO: O senhor presidente da Câmara declarou que “votei contra a justificação na base da tolerância de ponto comunicada à Câmara Municipal na sexta feira dia 11 de Agosto, pois que sendo a tolerância de ponto decretada para os funcionários públicos, estatuto este que não classifica os eleitos, por outro lado devo referir que quando na sexta feira recebi a comunicação da tolerância de ponto de imediato reuni com os serviços no sentido de procurar enquadrar esta tolerância regimentalmente, ou seja, já que de acordo com o nosso regimento só pode haver alteração das reuniões com 48 horas de antecedência, o tempo de chegada da comunicação de tolerância de ponto não permitia o cumprimento da lei. Acresce ainda que tendo as reuniões do mês de Agosto sido fixadas por deliberação do executivo para 14 e 28, contrariamente ao que era critério deste executivo de respeitar a fixação das datas das reuniões públicas na primeira e terceira segunda feira de cada mês. Mantive a convocatória da reunião conforme deliberação do executivo, o contrário

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

seria infringir o quadro legal estabelecido.” -----

-----**DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO:** Antes da discussão e votação deste assunto, o senhor vereador Manuel Quintino, comunicou ao senhor presidente da Câmara, nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, encontrar-se impedido de intervir na discussão e votação deste assunto, por força da alínea a) do artigo 44.º do referido Código, atendendo ao facto do mesmo lhe dizer directamente respeito, pelo que o senhor presidente da Câmara declarou interdita a sua intervenção neste acto. -----

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo, o senhor vereador Manuel Quintino, retirou-se da reunião, regressando após a discussão e votação deste assunto. -----

- 1566.03 AMILCAR ANTÓNIO SANTOS:** Foi deliberado por maioria com o voto contra do senhor presidente da Câmara e do senhor vereador João Carlos Duarte e o voto favorável dos restantes membros do executivo justificar a falta do senhor vereador Amilcar Santos à reunião de 14.08.2000, por ter usufruído da tolerância de ponto concedida aos funcionários, conforme havia previamente informado o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor presidente da Câmara declarou que “votei contra a justificação na base da tolerância de ponto comunicada à Câmara Municipal na sexta feira dia 11 de Agosto, pois que sendo a tolerância de ponto decretada para os funcionários públicos, estatuto este que não classifica os eleitos, por outro lado devo referir que quando na sexta feira recebi a comunicação da tolerância de ponto de imediato reuni com os serviços no sentido de procurar enquadrar esta tolerância regimentalmente, ou seja, já que de acordo com o nosso regimento só pode haver alteração das reuniões com 48 horas de antecedência, o tempo de chegada da comunicação de tolerância de ponto não permitia o cumprimento da lei. Acresce ainda que tendo as reuniões do mês de Agosto sido fixadas por deliberação do executivo para 14 e 28, contrariamente ao que era critério deste executivo de respeitar a fixação das datas das reuniões públicas na primeira e terceira segunda feira de cada mês. Mantive a convocatória da reunião conforme deliberação do executivo, o contrário seria infringir o quadro legal estabelecido.” -----

-----**DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO:** Antes da discussão e votação deste assunto, o senhor vereador Amilcar Santos, comunicou ao senhor presidente da Câmara, nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, encontrar-se impedido de intervir na discussão e votação deste assunto, por força da alínea a) do artigo 44.º do referido Código, atendendo ao facto do mesmo lhe dizer directamente respeito, pelo que o senhor presidente da Câmara declarou interdita a sua intervenção neste acto. -----

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo, o senhor vereador Amilcar Santos, retirou-se da reunião, regressando após a discussão e votação deste assunto. -----

- 1566.04 ARMANDO SALVADOR MAIA DA FONSECA:** Foi deliberado por maioria com o voto contra do senhor presidente da Câmara e do senhor vereador João Carlos Duarte e o voto favorável dos restantes membros do executivo justificar a falta do senhor vereador Armando Salvador à reunião de 14.08.2000, por ter usufruído da tolerância

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

de ponto concedida aos funcionários, conforme havia previamente informado o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor presidente da Câmara declarou que “votei contra a justificação na base da tolerância de ponto comunicada à Câmara Municipal na sexta feira dia 11 de Agosto, pois que sendo a tolerância de ponto decretada para os funcionários públicos, estatuto este que não classifica os eleitos, por outro lado devo referir que quando na sexta feira recebi a comunicação da tolerância de ponto de imediato reuni com os serviços no sentido de procurar enquadrar esta tolerância regimentalmente, ou seja, já que de acordo com o nosso regimento só pode haver alteração das reuniões com 48 horas de antecedência, o tempo de chegada da comunicação de tolerância de ponto não permitia o cumprimento da lei. Acresce ainda que tendo as reuniões do mês de Agosto sido fixadas por deliberação do executivo para 14 e 28, contrariamente ao que era critério deste executivo de respeitar a fixação das datas das reuniões públicas na primeira e terceira segunda feira de cada mês. Mantive a convocatória da reunião conforme deliberação do executivo, o contrário seria infringir o quadro legal estabelecido.” -----

1566.05 LUIS ALBERTO CAMILO DUARTE: Foi deliberado por unanimidade justificar a falta do senhor vereador Luis Duarte à reunião de 28.08.2000 por motivo de férias. -----

1567. RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA: Do dia 2000.08.28:-----

Caixa Geral de Depósitos.....	46.503.760\$00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral...	1.335.043\$50
Banco Totta & Açores.....	801.191\$00
Banco Português do Atlântico.....	2.300.562\$50
Crédito Predial Português.....	1.837.261\$00
Banco Comercial Português.....	1.909.751\$50
Banco Pinto & Sottomayor.....	722.622\$00
Banco Nacional de Crédito Imobiliário.....	35.181.899\$00
Depositado em instituições de Crédito.....	90.506.167\$50
Em cofre.....	
.....Numerário.....	42.244\$50
.....Cheques.....	47.167\$00
Total de disponibilidades.....	90.595.579\$00
Documentos.....	3.486.990\$50
Total.....	94.082.569\$50
Operações Orçamentais.....	5.487.268\$50
Operações de Tesouraria.....	85.108.310\$50

1568. PAGAMENTOS: Foi tomado conhecimento da relação dos pagamentos efectuados durante o período de 2000.07.31 e 2000.08.25 no montante de 26.219.117\$00.-----

1569. ACTA N.º 38/2000: Depois de lida e introduzidas pequenas correcções, foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador João Hipólito e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar a acta número 38/2000 da reunião ordinária de 31.07.2000. -----

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

-----O senhor vereador João Hipólito absteve-se em virtude de apenas na presente data ter reiniciado funções.-----

- 1570. ACTA N.º 39/2000:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções, foi deliberado por maioria com as abstenções dos senhores vereadores João Hipólito, Manuel Quintino, Amílcar Santos e José Vítor Silva e o voto favorável dos restantes membros do executivo, aprovar a acta n.º 39/2000, da reunião ordinária de 14.08.2000.-----

-----Os senhores vereadores João Hipólito, Manuel Quintino, Amílcar Santos e José Vítor Silva abstiveram-se em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a acta diz respeito.-----

DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

- 1571. REUNIÃO DE 14 DE AGOSTO DE 2000:** “Pelas 18.00 horas esteve presente o senhor Júlio Henriques, residente no Sobral do Parelhão, que depois de declarar que a vinda dele hoje, tinha por base o facto de que tendo vindo na segunda feira passada, foi informado que tinha havido transferência de reunião pública, para o próximo dia 14 e como tal desejava colocar as seguintes questões: -----

1. Em Fevereiro do ano 2000 solicitou a colocação de bandas sonoras na Rua Honorato Sepúlveda, pois face ao aumento do tráfego justifica-se para moderação da velocidade, mas até agora ainda não foram colocadas; -----

RESPOSTA: Informei que foi solicitada consulta para execução do trabalho, que abrangerá outras localidades do concelho como A-dos-Ruivos, Barrocalvo, Sobral do Parelhão, Barro Lobo de Baixo e Barro Lobo de Cima; -----

2. Reparação dos cortes no pavimento aquando da colocação da iluminação na rotunda do Alto da Granja;-----

RESPOSTA: Informei que a reparação vai ser feita pela Câmara Municipal na próxima semana. -----

3. Devido à pouca visibilidade no cruzamento da Rua da Esperança com a Rua de acesso ao Sobral, sugere que seja colocado sinal de sentido proibido no troço da Rua da Esperança (1.ª transversal à esquerda de quem sobe) e junto à primeira casa (residência de José Álvaro da Silva). -----

4. No seguimento do seu requerimento de 26.08.1999, solicita comunicação definitiva acerca do assunto relativo ao requerimento apresentado oportunamente, acerca do licenciamento de obras na Rua Honorato Sepúlveda no lugar do Sobral do Parelhão. Em tempos recebeu o ofício n.º 1347-O.P., de 14.10.1999 em que era informado que o assunto se encontrava em estudo (entregou cópia do requerimento e do ofício).-----

RESPOSTA: Informei que irei ordenar que após consultado o processo será o reclamante informado do conteúdo do parecer jurídico obtido e da decisão tomada pela Câmara. -----

-----Esta comunicação reputa-a de importante pois pretende como co-proprietário dar seguimento judicial ao assunto.-----

-----Esta informação foi dada hoje em virtude da reunião de 14.08.2000 não ter sido aberta por falta de quórum.»-----

- 1572. ZONA INDUSTRIAL (PÓLO I) – HOSPIARTE (PERMUTA DE TERRENOS):** “Havendo acordo na permuta dos respectivos lotes de terreno entre a Câmara

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

Municipal (lote n.º 7) e a firma BOMPLÁS Lda (lote n.º 2) e sendo a firma Belmiro Marques (herdeiros), Lda, possuidora do lote n.º 4 que destina a parque de matérias primas e produto acabado, procurei obter o seu acordo na permuta com a empresa HOSPIARTE possuidora do lote n.º 8, ao que foi dado o seu acordo desde que fosse garantida uma serventia para acesso lateral à oficina e ainda que o lote n.º 8 fosse colocado na mesma cota do lote n.º 6 (área onde está instalada a oficina). Com esta harmonização obtêm-se assim dois lotes contíguos, o 2 e o 4, para transferência da HOSPIARTE, apenas sendo necessário a Câmara ceder uma pequena área para arredondamento das extremas. Contactada a HOSPIARTE na pessoa do responsável deu o seu acordo. Desta forma disponibiliza-se o lote n.º 10, dando assim satisfação à pretensão apresentada pela firma Pombo & Ferreira, Lda. Na próxima reunião este assunto poderá ser apreciado de forma mais aprofundada.” -----

- 1573. FAMÍLIA MATOS SILVA:** Informou o executivo de que reuniu com representantes da família Matos Silva no passado dia 02 de Agosto, que o informaram estarem receptivos à análise da cedência desde que o assunto do terreno para onde está previsto o campo de jogos seja tratado em separado do assunto do terreno para onde está prevista a urbanização. Já comunicou à Vão Arquitectos que as questões colocadas relativas ao aumento de índices na urbanização especial da Quinta da Granja caíam e também teve uma reunião com o Dr. Mário de Carvalho para tomar todos os procedimentos com vista à expropriação, numa primeira fase de forma amigável e numa segunda fase de forma litigiosa.. -----
- 1574. OBSERVATÓRIO DO OESTE:** Informou o executivo de que teve lugar a assinatura da transferência dos elementos relativos ao Observatório do Oeste para a A.M.O. – Associação de Municípios do Oeste. Na mesma altura foi tomado conhecimento da elaboração pela C.C.R.L.V.T. – Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do P.R.O.T. Oeste. -----
- 1575. TRIBUNAL:** Informou o executivo da presença a semana passada de um arquitecto do Ministério da Justiça, estando as obras a decorrer segundo o calendário previsto. Ofício ao Secretário Geral do Ministério da Justiça a informar que as obras ficam terminadas esta semana. -----
- DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS:**-----
- 1576. TRIBUNAL:** “Pergunto-lhe, decorridas que estão 10 semanas para a apresentação da localização do futuro palácio da justiça, onde estão esses elementos para que o executivo possa deliberar sobre essa questão. Relembro que já há 3 meses o Ministério da Justiça considerava que a mesma resposta se encontrava atrasada, ou seja, a localização para a futura construção do Palácio da Justiça de Bombarral.” -----
- 1577. REUNIÃO DE 14 DE AGOSTO:** “Pergunto-lhe se o senhor se acha acima da lei e dos bons princípios por virtude do governo da república ter ordenado tolerância de ponto para 14 de Agosto, tendo o senhor abusivamente, no meu entender, e de forma atabalhoada convocado os funcionários nesse mesmo dia para a reunião. -----
- O senhor presidente da Câmara respondeu que “conforme tive oportunidade de dizer o fax chegou na sexta feira sendo explícito em relação aos funcionários públicos e entidades públicas. Como já tive oportunidade de referir reuni com os funcionários para procurar obter um enquadramento mas porque sendo uma reunião pública e tendo assentado a sua marcação numa deliberação do executivo, por isso

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

não adiei a mesma, pois estando estabelecido que só poderá haver alteração de reuniões com 48 horas de antecedência. Confesso que se de facto o posicionamento dos elementos do executivo não fosse como tem sido em termos de procurar examinar descuidados, talvez surgisse o pensamento do exame do não cumprimento da lei. Mas tendo em conta que o presidente da Câmara tem sido visionado por razões que me parecem fúteis, se não tenho cumprido a deliberação de Câmara podia estar hoje a ser penitenciado por não ter cumprido a lei. Neste caso concreto medidas todas as questões achei preferível ser criticado por ter cumprido a lei.” -----

1578. PASSAGENS DE NÍVEL: Solicitou informação sobre o ponto de situação dos processos das passagens de nível da Baleeira e do Camarão.-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “em relação á passagem de nível da Baleeira todas as questões estão equacionadas para que a obre comece no início de Setembro. Relativamente à passagem de nível do Camarão solicitei à REFER a análise urgente não só da colocação da sinalização mas também para que tudo fosse feito para a automatização da passagem de nível.”-----

1579. E.T.A. DO PÓ: “Perguntava-lhe qual o ponto de situação em termos contratuais e no cumprimento da lei, ou seja, regime jurídico das empreitadas, sobre a construção da E.T.A. do Pó, pelo que sei a mesma ainda não entrou em funcionamento e o prazo expirou em Fevereiro de 2000, acarretando esta irregularidade elevados custos financeiros para o município e também elevados transtornos no abastecimento público de água às populações.”-----

1580. INTERVENÇÃO: “No decorrer da reunião fomos informados pelo senhor secretário que na última reunião do dia 14 deste mês, que não se realizou por falta de quorum, essencialmente motivada pela tolerância de ponto concedida pelo governo aos funcionários, na referida reunião a partir das 15.30 horas estiveram presentes o presidente e o vereador Luis Duarte, tendo este último ausentado-se da sala a partir das 16.00 horas, ficando o presidente sozinho, tendo-se-lhe juntado o vereador João Carlos pelas 16.30 horas. Nestas circunstâncias a pertinência e persistência do presidente sobre esta questão não é mais que um mero vazio de inteligência que já lhe é peculiar. Como é evidente tentou escamotear a verdade pretendendo inclusivé desrespeitar a lei que regulamenta as reuniões e que foi mais uma vez lida pelos serviços de apoio por forma a clarificar a questão. Inconformado e de forma mal educada continuou a desrespeitar a lei. Conforme tinha informado o senhor presidente da Câmara entrei na reunião às 15.30 horas e comecei a assinar os projectos e informei que tinha de sair às 17.00 horas. Como são 17.20 horas tenho de sair.” -----

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “relativamente à declaração do senhor vereador Amílcar Santos, constato apenas uma coisa: é que alguns dos factos não correspondem à verdade e apenas mais uma vez realço que a responsabilidade de cada qual tem que ser assumida porquanto todos os membros da Câmara Municipal podem testemunhar o meu respeito contido desde o início da reunião para com todos os membros. As palavras menos correctas não foram proferidas por mim. O bom julgador a si se julga.” -----

AUSÊNCIAS: Pelas 17.20 horas ausentaram-se da reunião os senhores vereadores Amílcar Santos e João Carlos Duarte. -----

DO SENHOR VEREADOR MANUEL QUINTINO:-----

- 1581. ESTÁDIO MUNICIPAL:** “Solicito cópia dos pontos 144 (acta 6/2000), 385 (acta 14/2000) e 460 (acta 15/2000).” -----
- 1582. ORLANDO DOMINGOS DOS SANTOS, LDA:** “Tendo entrado em 18.08.2000 uma proposta desta firma para remoção de terras, verifica-se que na segunda feira 21.08.2000 entrou uma carta da mesma firma a aceitar a adjudicação. Solicito informações sobre esta matéria.” -----
- 1583. EX-MATADOURO:** “Solicito cópia do parecer da Vão Arquitectos sobre o ex-Matadouro.” -----
- 1584. FEIRA NACIONAL DA PÊRA ROCHA:** “Solicito cópia da factura do jornal Tribuna Oeste relativa ao pagamento de publicidade á Feira Nacional da Pêra Rocha.” -----
- 1585. III QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO:** “Solicito cópia da lista de participações do III Quadro Comunitário de Apoio – Câmaras Municipais do Agrupamento.” -----
- 1586. PRETENSO LOTEAMENTO NO SOBRAL:** “Tenho verificado há várias semanas quer a existência de publicidade na rotunda da granja, quer no local, com anúncio de venda de lotes (44 + 1) de algo que salvo distração da minha parte nunca foi presente a reunião de Câmara. Pergunto se mais alguém na Câmara já viu isto.” -----
-----Idêntica questão foi colocada pelo senhor vereador José Vítor Silva. -----
- 1587. SINAL DE STOP NA RUA INFANTE D. HENRIQUE:** Colocou a questão do sinal de Stop existente na Rua Infante D. Henrique, em frente de um restaurante, que na sua opinião deveria estar colocado do lado da Praça José Pereira de Carvalho. -----
- 1588. DEMOLIÇÃO EM A-DOS-RUIVOS:** “Começo por transcrever uma deliberação desta Câmara Municipal e os respectivos pressupostos, inseridos na página 3 da acta n.º 27/98, de 23 de Junho, ou seja há mais de dois anos: «RECLAMAÇÃO: Presente a reclamação apresentada pelo senhor Fernando Jesus Nunes, residente no lugar de A-dos-Ruivos, freguesia do Carvalhal e remetida a esta Câmara Municipal em 1998.04.27 pela Junta de Freguesia do Carvalhal, relativa a uma obra iniciada na referida povoação pertencente ao senhor José dos Santos, e apreciado auto de vistoria efectuada pelos peritos em 1998.06.05, que refere encontrar-se a obra em avançado estado de degradação, muito inestética, constituindo um potencial foco de insalubridade, cuja implantação desrespeita o alinhamento e construída em desacordo com as normas, visto não apresentar estrutura resistente, foi deliberado por unanimidade concordar com o parecer dos peritos e mandar notificar o proprietário para proceder à demolição da referida edificação no prazo de trinta dias a contar da data da notificação.». Lembro que, de acordo com o R.G:E.U., há um prazo de três dias para dar cumprimento a este tipo de deliberação. Perante o continuo arrastar da

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

situação, em 3 de Dezembro interpelei o senhor presidente da Câmara, como consta na página 9 da acta n.º 52/98: «há uns meses a Junta de Freguesia de Carvalhal propôs a demolição de um edifício e, após vistoria, a Câmara Municipal deliberou notificar o proprietário por tal, não tendo a demolição sido efectuada. Uma vez mais está a chegar o Inverno e a situação mantém-se, pelo que a Câmara Municipal deve tomar providências imediatas». Em 11 de Janeiro de 1999 voltei à carga. Na página 6 da acta n.º 2/99, consta: «o senhor vereador Manuel Quintino lembrou que em reunião de 1998.06.23 foi deliberado mandar notificar o senhor José dos Santos para proceder à demolição de uma edificação sita no lugar de A-dos-Ruivos e até à presente data ainda não foi dado cumprimento à referida deliberação. O senhor vereador Luis Duarte respondeu que na próxima reunião de Câmara trará o referido processo para apreciação do executivo». A promessa ficou registada mas o processo não foi trazido à reunião. Em 17 de Maio de 1999 Inácio Ferreira dos Santos, herdeiro de José dos Santos, veio à Câmara e, com ele, todos fomos ao local. Na página 4 da acta n.º 24/99 consta: «Pelas 16.55 horas foi a reunião interrompida a fim do executivo se deslocar a A-dos-Ruivos, na companhia do senhor Inácio Ferreira Santos, tendo tomado conhecimento do estado de degradação da construção vistoriada oportunamente. Foi deliberado manter a decisão anteriormente tomada sobre este assunto.» Em 21 de Junho de 1999 (página 14 da acta n.º 29/99) chamei a atenção para o facto de que, nos termos do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, existe um prazo de 3 dias para dar cumprimento a esta e outras deliberações idênticas. Em 09 de Agosto de 1999 (página 2 da acta n.º 37/99) solicitei informações sobre uma demolição em A-dos-Ruivos, já deliberada há largo tempo por esta Câmara Municipal. Mais uma vez não obtive resposta. Na página 6 da acta n.º 40/99 vem: «DEMOLIÇÃO DE PRÉDIO EM A-DOS-RUIVOS: O senhor presidente da Câmara informou que tendo a Câmara Municipal constatado a ilegalidade da construção, vai recuperar o processo com vista a notificar o proprietário para a demolição do prédio. O senhor vereador Manuel Quintino disse que “o senhor presidente da Câmara sabe certamente que este processo, solicitado pela Junta de Freguesia de Carvalhal, tem já mais de um ano, que o proprietário já foi notificado e não demoliu, deslocou-se após a notificação com o executivo ao local (onde foi constatada a impossibilidade de legalização) e, obviamente, nada justifica que a demolição não esteja ainda concretizada”». Em 13 de Setembro de 1999, como consta na página 3 da acta n.º 42/99, perguntei quando é que a Câmara inicia a demolição de prédio em A-dos-Ruivos, oportunamente deliberada pelo executivo e nos outros casos em Bombarral. Não tive resposta. Em 27 de Setembro de 1999 (página 16 da acta n.º 44/99) o presidente da Câmara informa sobre demolição em A-dos-Ruivos: «Tendo em conta por um lado os perigos de segurança do público e também os custos e disponibilidade vou agir em conformidade». Não tendo estado presente na altura em que foi dada a informação anterior, questioneei o presidente na reunião seguinte (página 5 da acta n.º 45/99): «na acta n.º 44/99 aparece uma informação do senhor presidente da Câmara sobre uma demolição em A-dos-Ruivos que não percebo. O senhor presidente da Câmara disse que vai analisar a questão, nomeadamente o custo da demolição e verificar a perigosidade». Veja-se agora o processo de informação. Em 11 de Outubro de 1999 (página 2 da acta n.º 46/99) o presidente da Câmara dá esta brilhante

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

informação: «o senhor presidente, relativamente à demolição em A-dos-Ruivos, disse que vai analisara situação. O senhor vereador Manuel Quintino disse que foi efectuada uma vistoria que diz que aquela edificação é um perigo para o público, pelo que pergunta por que não é mandada demolir. Disse que se cair alguma das obras vistoriadas quem tem a responsabilidade é o senhor presidente e não a Câmara Municipal.» Em 25 de Outubro ainda voltei a abordar o assunto, cujo registo está na página 5 da acta n.º 48/99. Senhor presidente, em mais de dois anos que leva este processo, quanto tempo ainda mais teremos que esperar para a sua resolução inequívoca e definitiva?» -----

DO SENHOR VEREADOR JOÃO HIPÓLITO:-----

- 1589. RETOMAR DE FUNÇÕES:** “Terminado que está o meu período de suspensão de funções por 220 dias aprovado por unanimidade pelo executivo municipal em 10.01.2000, reiniciei hoje as minhas funções / tarefas para as quais fui eleito. Hoje como sempre aqui estou a assumir as minhas funções com a humildade que me caracteriza, assumindo para o melhor e para o pior todas as responsabilidades que me foram atribuídas. Aproveito para entregar um documento passado pela universidade lusófona datado de 04.08.2000 em que refere que conclui com aproveitamento a parte curricular do curso de pós graduação segurança e higiene do trabalho, faltando contudo a defesa da tese / trabalho final que terá de ser feita até final do corrente ano, isto é, deixei de ter aulas e este trabalho não implica quaisquer frequências de aulas. Espero voltar a poder ser útil neste novo período, como penso que sempre fui, contribuindo dentro da minha área e das minhas capacidades na resolução de vários problemas deste concelho.” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “dou-lhe os meus parabéns por ter concluído com êxito o trabalho que disse que ia fazer. Nunca duvidei da intenção do senhor vereador. Mais do que as aparências estamos todos despertos para analisar a actuação. Nesta sua curta ausência resolveram-se alguns problemas mas outros se avolumaram. O concelho espera de nós o cumprimento dos propósitos anunciados em tempos, ou seja, procurar obter o ângulo possível de resolução das questões e projectos que temos pela frente.” -----

DO SENHOR VEREADOR JOSÉ VÍTOR SILVA:-----

- 1590. FEIRA NACIONAL DA PÊRA ROCHA:** Congratulou-se com a presença do senhor Ministro da Agricultura na inauguração da Feira Nacional da Pêra Rocha, lamentando, no entanto, que não tenha estado presente na inauguração do Festival do Vinho por não ter sido convidado com a devida antecedência, privando o Bombarral de ter na inauguração do referido certame a representação do governo nas mais altas instâncias. -----

PRESENCAS: Pelas 17.40 horas regressou à reunião o senhor vereador João Carlos Duarte.-----

- 1591. ALINHAMENTOS:** “Relativamente a alinhamento em loteamento no Carvalhal, tive conhecimento que o mesmo foi dado pela Câmara Municipal ao promotor que o entregou à firma Virgílio Cunha, Lda. Solicito aos serviços de fiscalização que fiscalizem o referido alinhamento de forma a verificarem se está no local definido pela Câmara Municipal.” -----

- 1592. INFRA-ESTRUTURAS:** “Sensibilizo a Câmara Municipal em virtude de o concelho de

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

Bombarral ainda não ter as infra-estruturas necessárias ao nível de saneamento e do abastecimento de água para manter a qualidade de vida da população existente e da que poderá para cá vir, atendendo a que há vários empreendimentos de grandes dimensões para serem aprovados.”-----

1593. FESTIVAL DO VINHO: “Penso que o vereador João Carlos Duarte irá responder hoje às questões colocadas em anterior reunião sobre o Festival do Vinho.”-----

1594. PROGRAMA ESTRATÉGICO DO TURISMO: “Tendo tido conhecimento de que o vereador João Carlos Duarte falou no plano estratégico de turismo do Bombarral, queria ter acesso a esse documento de que nunca foi dado conhecimento ao executivo.”-----

ORDEM DO DIA

1595. OBRAS PARTICULARES:-----

1595.01 INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS – PROJECTO DE ARQUITECTURA E LICENÇA DE CONSTRUÇÃO: Apreciado o processo n.º 90/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Amândio Lourenço Cipriano Nunes, datado de 2000.05.03, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para instalação de estabelecimento de restauração e bebidas na Rua da Misericórdia, 39, vila e freguesia de Bombarral e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, mais foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 2 meses. -----

1595.02 CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO: Apreciado o processo n.º 82/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Orlando José Leal Ferreira, datado de 2000.08.22, a solicitar licença para construção de armazém agrícola sito na Rua dos Casalinhos, lugar e freguesia de Pó foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do senhor presidente da Câmara o despacho do senhor presidente da Câmara de 16.08.2000 que deferiu o licenciamento solicitado. -----

1595.03 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E GARAGEM – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO: Apreciado o processo n.º 108/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Carlos Manuel Poseiro da Cruz, datado de 2000.05.25, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar e garagem sito no lugar e freguesia do Pó, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do senhor presidente da Câmara o despacho do senhor presidente da Câmara de 16.08.2000 que deferiu o licenciamento solicitado. -----

1595.04 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PROJECTO DE ARQUITECTURA: Apreciado o processo n.º 112/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Gastão Fernando Afonso Teixeira Reis, datado de 2000.07.21, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar sita no Casal do Bom Vento, freguesia de Carvalhal. -----

1595.05 ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIO – PROJECTO DE ARQUITECTURA: Apreciado o processo n.º 49/98/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor José da Silva Correia Lopo, datado de 2000.06.26, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para alterar e ampliar prédio sito na Azambujeira dos Carros, freguesia de Roliça, condicionado ao cumprimento do parecer a folha 50 do processo. -----

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

- 1595.06 AVERBAMENTO DE NOVO TITULAR:** Apreciado o processo n.º 62/00/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma LOURICASA - Sociedade de Construção Civil, Lda, datado de 2000.07.21, foi deliberado por unanimidade aprovar o averbamento em seu nome o processo em epígrafe respeitante à construção de moradia unifamiliar no lote 19, lugar do Cintrão, freguesia de Bombarral, que se encontrava em nome de Manuel Pinheiro Santos. -----
- 1595.07 AVERBAMENTO DE NOVO TITULAR:** Apreciado o processo n.º 103/98/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma C.A.I. - Companhia Agro Industrial, Lda, datado de 2000.07.21, foi deliberado por unanimidade aprovar o averbamento em seu nome do processo em epígrafe respeitante a alterações em adega sita no lugar de A-dos-Ruivos, freguesia de Carvalhal, que se encontrava em nome de António de Azevedo Carinhas. -----
- 1595.08 AVERBAMENTO DE NOVO TITULAR:** Apreciado o processo n.º 189/88/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Jorge Gaspar Inácio, datado de 2000.07.21, foi deliberado por unanimidade averbar em seu nome o processo em epígrafe respeitante a construção de prédio no lugar da Delgada, freguesia de Roliça, que se encontra em nome de Casimiro Faria Ribeiro. -----
- 1595.09 INSTALAÇÃO DE PECUÁRIA PARA BOVINOS – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 107/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma H. Monteiro – Agricultura e Pecuária, Lda, datado de 2000.07.14, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de instalação de pecuária para bovinos sito no lugar e freguesia do Pó, com as recomendações da folha 49 do processo de obras. -----
- 1595.10 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 231/99/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Filipe Arnaldo Teixeira Garcia, datado de 2000.07.20, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar sita no lugar de São Mamede, freguesia de Roliça, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 12 meses. -----
- 1595.11 COLOCAÇÃO DE PAINEL PUBLICITARIO:** Apreciado o processo n.º 1218/99/06, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Nuno Henrique Ribas Ribeiro da Costa, datado de 2000.05.05, foi deliberado por maioria com o voto de aprovação do senhor presidente da Câmara e o voto de reprovação dos restantes reprovar a colocação de painel publicitário junto à rotunda de acesso à I.C.1, com fundamento no parecer constante da folha 12 do processo. -----
- 1595.12 OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO:** Presente o processo n.º 10/99/03, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor António Francisco da Silva Graça e outros, datado de 2000.08.11, para operação de loteamento sito no lugar e freguesia de Carvalhal, foi adiada a sua apreciação para a próxima reunião, para que o senhor arquitecto possa prestar esclarecimentos. -----
- 1595.13 CONSTRUÇÃO DE ANEXO E RECONSTRUÇÃO DE MURO – LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 210/99/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor José Calvário Ferreira, datado de 2000.06.19, a solicitar licença para construção de anexo e reconstrução de muro sito no lugar de São Mamede, freguesia de Roliça, e verificando-se que apresentou os necessários

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 12 meses.-----

- 1595.14 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E GARAGEM – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 87/99/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor José Francisco Couto, datado de 2000.08.08, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do senhor presidente da Câmara que aprovou o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar e garagem sita no Casal da Merca, condicionado a que o alinhamento e implantação da construção seja verificado no local pelos serviços técnicos de obras.-----
- 1595.15 CONSTRUÇÃO DE POMBAL – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 110/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Maria dos Anjos Amaro Correia, datado de 2000.06.14, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de pombal no lugar das Barreiras, freguesia de Bombarral, com o cumprimento da recomendação do parecer a folha 24 do processo. -----
- 1595.16 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 139/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Thomas Werner Schitteck, datado de 2000.07.11, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar e muro sitos na Rua Pai Franco, lugar da Columbeira, freguesia de Roliça, condicionado ao cumprimento do parecer constante da folha 32 do processo. -----
- 1595.17 CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 177/99/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Joaquim José Ventura Ribeiro Pimentel Tavares, datado de 2000.03.01, a solicitar licença para construção de armazém agrícola sito na Cova dos Moinhos, lugar da Delgada, freguesia de Roliça, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 12 meses.-----
- 1595.18 ALTERAÇÃO DE ARMAZÉM – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 52/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Adelina Maria Nascimento C. Cirne Grais, datado de 2000.07.04, a solicitar licença para alteração a armazém sito no Casal da Cruz, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 1 mês.-----
- 1595.19 COLOCAÇÃO DE DISTICO DE ESTACIONAMENTO PROIBIDO:** Apreciado o processo n.º 757/2000/08, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor João de Sousa Espadinha, datado de 2000.07.25, foi deliberado por unanimidade reconhecer a necessidade de acesso de pessoas ou veículos ao portão da residência do requerente, sito na Rua Veríssimo Duarte, n.º 40 r/c, vila e freguesia de Bombarral, pelo que nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 50.º do Código da Estrada, e mediante a colocação do correspondente dístico é proibido o estacionamento de viaturas que impeça o acesso em questão. -----
- 1595.20 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 91/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Carlos Alberto das Mercês Joaquim, datado de 2000.08.04, a solicitar licença para construção

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

de moradia unifamiliar sita no lugar e freguesia de Vale Covo, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 24 meses.-----

- 1595.21 CONSTRUÇÃO DE MORADIA, GARAGEM E MURO – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 23/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Mário Miguel Tapadinhas Garrido da Costa e outra, datado de 2000.08.08, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar, garagem e muro no lugar e freguesia de Carvalhal, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 24 meses.-----

- 1595.22 APROVAÇÃO EM MINUTA:** As deliberações respeitantes a obras particulares foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos.-----

AUSÊNCIAS: Pelas 18.45 horas ausentou-se da reunião o senhor vereador João Carlos Duarte.-----

- 1596. LICENCIAMENTO SANITÁRIO:** Apreciado o processo n.º 02/2000, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Maria da Graça Rodrigues de Oliveira da Silva, datado de 2000.07.27, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do senhor presidente da Câmara que aprovou o licenciamento sanitário de uma unidade móvel de venda de produtos alimentares: cachorros, bifanas, hambúrgueres e bebidas, marca Mercedes, matrícula 72-79-OR. Tem parecer favorável da autoridade sanitária.-----

- 1597. QUIOSQUE NO LARGO DO MUNICÍPIO:** Presente requerimento do senhor Filipe Edgar Mendes Ferreira, a solicitar informação da viabilidade do quiosque existente no Largo do Município permanecer no mesmo local.-----
-----Foi deliberado por unanimidade adiar a apreciação deste assunto para uma próxima reunião para se apurarem as condições de concessão de utilização do espaço público no caso presente.-----

- 1598. CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO AUTÁRQUICA:**-----

- 1598.01 DINA PAULA GONÇALVES SILVA:** Presente requerimento da Assistente Administrativa Dina Paula Gonçalves Silva, datado de 2000.07.26, a solicitar autorização para frequentar o curso do C.E.F.A. – Centro de Estudos e Formação Autárquica.-----

-----Foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião a fim do senhor presidente da Câmara informar sobre a viabilidade de dispensa da funcionária requerente para frequentar o referido curso.-----

- 1598.02 MARIA DO ROSÁRIO SILVA DUARTE CARVALHO:** Presente requerimento da Auxiliar Administrativa Maria do Rosário Silva Duarte Carvalho, datado de 2000.07.26, a solicitar autorização para frequentar o curso do C.E.F.A. – Centro de Estudos e Formação Autárquica.-----

----- Foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião a fim do senhor Chefe da Divisão dos Serviços Urbanos informar sobre a viabilidade de dispensa da funcionária requerente para frequentar o referido curso.-----

PRESENCAS: Pelas 19.40 horas regressou à reunião o senhor vereador João Carlos Duarte.-----

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

1599. **CEMITÉRIO MUNICIPAL:** Apreciado o requerimento apresentado pelo senhor Vítor Francisco Mil-Homens Prazeres, e ouvidas as explicações do senhor presidente da Câmara, foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador José Vítor Silva e o voto favorável dos restantes membros do executivo conceder autorização a título excepcional para depositar uma urna vazia num jazigo que possui no cemitério de São Brás. -----
1600. **REQUALIFICAÇÃO URBANA:** Presente a seguinte proposta do senhor presidente da Câmara: «Eixo 1 - Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Internacional - Medida 5 - Valorização Territorial - Requalificação Urbana (sedes de concelho) - Considerando que através da criação desta medida se abre a possibilidade de tratamento e da Requalificação Urbana das sedes do Concelho; A circunstância do emissário regional passar na margem poente do Rio Real criará uma zona de servidão, que poderá ser aproveitada para circuito pedonal (entre a Quinta das Cerejeiras e entrada Norte da Vila) Considerando a utilidade de construção de alguns açudes ao longo do Rio Real e Corga com o objectivo de reter os detritos sólidos para uma melhor e eficiente limpeza e desassoreamento; Considerando a necessidade de se estudar a tratamento do Largo do Município e requalificação urbana da zona envolvente; Proponho a adjudicação da elaboração de um Plano de Pormenor para esta área de intervenção delimitada em planta anexa.» -----
-----Foi deliberado por maioria com o voto contra do senhor vereador Manuel Quintino e o voto favorável dos restantes membros do executivo convidar a firma CEDRU a apresentar um layout sobre a mancha em questão.-----
-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor vereador Manuel Quintino votou contra por ter proposto como alternativa a abertura de um concurso de ideias. -----
1601. **SANTUÁRIO DO SENHOR JESUS DO CARVALHAL:** Presente ofício da Acção Católica da Paróquia do Senhor Jesus do Carvalhal, a solicitar a concessão de apoio financeiro à realização na primeira semana de Setembro de um campo de férias para pessoas da 3.ª idade. -----
-----Foi deliberado por unanimidade remeter os requerentes para as disposições do Regulamento de Atribuição de Subsídios.-----
1602. **VII FEIRA NACIONAL DA PÊRA ROCHA:** Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho n.º 12/2000 do senhor Presidente da Câmara que autorizou o adiantamento da verba de 600.000\$00 (seiscentos mil escudos) à Associação de Agricultores do Oeste, no âmbito do protocolo celebrado entre as duas instituições com vista à organização da Feira Nacional da Pêra Rocha.-----
1603. **VIABILIDADE TÉCNICA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA A PROPRIEDADE SITA NO CONCELHO DO CADAVAL:** Atendendo o solicitado pelo requerimento do senhor Pedro Paulo Silva, foi deliberado por unanimidade emitir uma declaração de viabilidade técnica para o fornecimento de água a um terreno que possui no concelho de Cadaval, junto ao Estorninho, a partir do concelho de Bombarral. -----
1604. **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS P.R.O.F.'S:** Apreciado o ofício n.º 2537 de 2000.07.24 da D.R.A.R.O. foi deliberado por unanimidade indicar o senhor presidente da Câmara como representante da autarquia para a comissão mista de acompanhamento da elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal.----
1605. **INICIATIVAS LOCAIS DE EMPREGO:**-----

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

- 1605.01 CRISTINA MARIA RICARDO BARRA:** Apreciado o ofício n.º 4642 de 2000.07.24 do Instituto de Emprego e Formação profissional foi deliberado por unanimidade emitir parecer favorável quanto ao interesse para a região da pretensão apresentada pela senhora D. Cristina Maria Ricardo Barra, para a criação de um salão de cabeleireiro. -
- 1605.02 JOAQUIM CARLOS BARBOSA MARQUES:** Apreciado o ofício n.º 4642 de 2000.07.24 do Instituto de Emprego e Formação profissional foi deliberado por unanimidade emitir parecer favorável quanto ao interesse para a região da pretensão apresentada pelo senhor Joaquim Carlos Barbosa Marques, para a criação de actividades conexas à informática. -----
- 1606. LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA:** Presente a informação n.º 68/O.M./2000, relativa ao pedido de licenciamento da via pública apresentado pela firma CABOVISÃO, considerando que deverá ser fixada uma caução no montante de 180.000\$00, foi adiada a sua apreciação para a próxima reunião a fim da D.T.O.U. fazer o cálculo da caução para 0,6 m. -----
- 1607. PRAÇA DE TOUROS:** Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do senhor presidente da Câmara que autorizou a cedência de terreno ao senhor Francisco Murteira Vaz para montagem de praça de touros no dia 12.08.2000. -----
- 1608. PLANTAÇÃO DE EUCALIPTOS:** Apreciado o processo n.º 01/EUC/2000, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Jorge Firmino Filipe, datado de 2000.07.06, a foi deliberado por maioria com o voto favorável do senhor presidente da Câmara e do senhor vereador João Carlos Duarte, a abstenção dos senhores vereadores João Hipólito e José Vítor Silva e o voto contra do senhor vereador Manuel Quintino conceder autorização para a destruição do revestimento vegetal com a plantação de 11.000 eucaliptos numa área de 28.000 m² dos prédios rústicos inscritos na respectiva matriz sob os artigos 10 e 73 ambos da secção S da freguesia de Bombarral. Tem parecer favorável da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, com a condição de distanciar em 30 m a plantação de eucaliptos do pomar existente a Norte.
- 1609. LOTE N.º 03 – INCENTIVOS:** Apreciada a informação n.º 10.2/D.A.F.-2000, relativa à reivindicação da firma Auto Ponte Tomás, Lda, de que deveriam ter recebido pela criação de postos de trabalho aquando da aquisição do lote supra mencionado por parte de Maria Hortense Dinis Tomás e Jaime Manuel P. Tomás, através da escritura n.º 05/94, considerando não ser correcto, conceder nesta data, passados cinco anos, um benefício que havia de ter sido ponderado aquando da celebração da respectiva escritura, foi deliberado por unanimidade concordar com o teor da informação. -----
- 1610. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:** Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do senhor presidente da Câmara exarado no fax das firma Auto Técnica de Caldas, a autorizar a ocupação de espaço público na Praça Pereira de Carvalho e Rua do Comércio, vila e freguesia de Bombarral, no dia 23 de Agosto com a exposição de duas viaturas automóveis. -----
- 1611. RECLAMAÇÃO SANITÁRIA:** Apreciado o ofício n.º 138 de 2000.07.31, do Centro de Saúde de Bombarral, a remeter o auto de vistoria referente à vistoria efectuada à habitação do senhor António Vital Rodrigues, sita na Estrada Nacional n.º 8, 80, lugar de São Mamede, freguesia de Roliça, foi deliberado por unanimidade notificar pessoalmente o proprietário para no prazo de 30 dias a contar da data da notificação regularizar as instalações para alojamento dos animais, que só poderão ser

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

consentidas em área habitadas quando estiverem construídas e exploradas em condições de não originarem, directa ou indirectamente qualquer prejuízo para a salubridade e conforto das habitações vizinhas.-----

- 1612. IX CONGRESSO FEDERATIVO DE LEIRIA DO PARTIDO SOCIALISTA:** Atendendo o solicitado por ofício da comissão organizadora do IX Congresso Federativo de Leiria do Partido Socialista, foi deliberado por unanimidade conceder autorização para utilizar o Pavilhão Desportivo Municipal nos dias 06 e 07 de Outubro.-----

- 1613. CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES DE ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTAS:** Nos termos do artigo 60.º do Decreto-lei n.º 59/99, de 02 de Março, foi deliberado por unanimidade constituir as seguintes comissões: abertura de propostas: Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência Francisco Silva Maximino, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira Sérgio Manuel Silva Duarte e Chefe de Secção Cidália Maria Pancrácio Santos; suplentes – Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo eng. Luis Fernando Pereira Mil-Homens e eng. Sérgio Silva Silvestre. Análise de propostas: vereador Luis Alberto Camilo Duarte, Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo eng. Luis Fernando Pereira Mil-Homens e Chefe da Divisão Administrativa e Financeira Sérgio Manuel Silva Duarte; suplentes - eng. Sérgio Silva Silvestre e Chefe de Secção Cidália Maria Pancrácio Santos.-----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

- 1614. MOBILIDADE DE PESSOAL DOCENTE:** Foi tomado conhecimento do ofício n.º 29263 de 17.07.2000 da Direcção Regional de Educação de Lisboa, a informar que não foi autorizada a requisição de Ana Paula Oliveira Marreiro, para exercer funções na Câmara Municipal de Bombarral.-----
- 1615. PLANO DE PAVIMENTAÇÕES:** Foi tomado conhecimento do plano de pavimentações a executar por administração directa no ano 2000.-----

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

DO SENHOR VEREADOR JOSÉ VÍTOR SILVA: -----

- 1616. INTERVENÇÃO:** “ Solicito informação sobre a situação da empreitada de esgotos do Casalinho. Lamento que apesar das promessas do senhor presidente da Câmara que obstaculizou uma iniciativa da Junta de Freguesia de Pó em realizar o alcatroamento da estrada Pó 7 Amoreira, essa mesma obra não se encontra no plano de alcatroamentos a executar por administração directa no ano 2000. Por isso se vê que houve má fé em reprovar a proposta apresentada pelos vereadores do P.S. com a falsa promessa de que a Câmara Municipal tomaria o encargo da obra. Por outro lado a cerca de dois meses do início do Inverno, o presidente da Câmara vem apresentar o plano de alcatroamentos que envolve 5.000 m³ de camada desgastante e massas asfálticas.”-----

-----**DEFESA DA HONRA:** O senhor presidente da Câmara respondeu que: “quanto à aplicação das massas em binder que ao referir-se ao arruamento no Pó e tal como na altura ficou claro na discussão no momento do pavimento da Rua de Santa Catarina aproveitar-se-ia para no âmbito da estrada na sequência da E.T.A. se fazer o tratamento. Aquando do tratamento dos arruamentos no Casalinho e Clarigueira também está implícito a Moita Boa e Camarão.”-----

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

ATENDIMENTO DO PÚBLICO

- 1617. MARIA ZITA MELO:** Solicitou esclarecimentos sobre a situação do depósito de gás do Hotel Comendador, referindo que quando detectaram que o depósito estava a ser cheio, contactaram o senhor presidente da Câmara que mandou parar os trabalhos, mas no dia 22 a carrinha foi novamente fazer o abastecimento e ficaram indignados porque as pessoas não têm respeito pelo presidente da Câmara nem por ninguém. Chamou igualmente a atenção para o estado em que se encontra a parte de trás do Hotel com muito mato o que pode constituir um problema sério. Terão que tomar outras medidas porque têm que salvaguardar a sua posição e as suas vidas. -----
- O senhor presidente da Câmara respondeu que tendo sido o alerta não só por causa do depósito de gás mas também por causa das ervas e outro material de fácil combustão à volta do depósito existente nas traseiras do Hotel Comendador devem os proprietários de imediato limpar o terreno e cessar a utilização do depósito.-----
- O senhor vereador José Vítor Silva considerou que os munícipes vêem o presidente da Câmara como a última instância para resolução deste tipo de problemas e ficam perplexos quando o presidente da Câmara lhes responde que o poder económico tem capacidade de suportar determinadas ilegalidades. Este caso deveria ter do presidente da Câmara uma atitude mais enérgica. Existem medidas legais para impedir o avanço do processo. Os munícipes saem mais desiludidos do que quando entram. Trata-se de uma bomba relógio que está naquele local e o presidente da Câmara é que tem os mecanismos de resolução do problema e estamos há dois meses numa situação de inércia.-----
- O senhor vereador João Hipólito considerou esta situação preocupante, existindo sérios riscos segundo as declarações acabadas de ouvir, declinando qualquer responsabilidade há semelhança de declaração que já fez sobre o Hotel. Esta é uma unidade que acarinha ma se existe perigo de explosão conforme referido é de lamentar que até hoje que nada tenha sido feito para as devidas correcções das anomalias.-----
- O senhor vereador Manuel Quintino considerou que “há aqui uma crise de autoridade mas fundamentalmente existe uma crise de função. É que a função do presidente da Câmara que não está a ser cumprida pois é a ele que compete ordenar autos de embargo e contra-ordenações. A Câmara Municipal não pode ver e fingir que nada vê. Quando se esgotam as medidas na Câmara Municipal tem que se recorrer a outros patamares. Lamentamos isto semanalmente mas os problemas arrastam-se pois não há vontade de lhes dar um caminho por quem de direito.”-----
- O senhor presidente da Câmara respondeu que “no que toca ao cerne da questão porque todos estamos cientes do risco e o vereador Manuel Quintino sabe das diligências que fiz e do diálogo que tenho tido com as pessoas, só que o diálogo esgota-se. Quanto a crise de autoridade por si invocada, não deixa de ser curioso que mesmo nesta reunião se permitiu ter procedimentos que podem ter esses contornos. A serenidade, porém, não me faltará pois não passarei do exercício de autoridade a autoritário, como por vezes alguns pretendem.”-----
- O senhor vereador José Vítor Silva questionou os serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo sobre se aquela obra necessita de ser licenciada.-----

ACTA N.º 40/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.08.28

- 1618. VALDEMAR PEREIRA:** Presente o senhor Valdemar Pereira, residente no lugar dos Baraçais, freguesia de Roliça, referiu que o senhor presidente da Câmara o havia informado que o seu assunto iria a reunião de Câmara no dia 21 de Agosto, mas não houve reunião, e sabe que não está na ordem de trabalhos da reunião de hoje. Quer que lhe resolvam o problema porque já perdeu uma rendeira. -----
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que os serviços municipais devem dar celeridade no levantamento do processo. -----
- 1619. LUIS FILIPE:** Presente o senhor Luis Filipe, residente no lugar do Barrocalvo, freguesia de Carvalhal, solicitou resposta há carta que enviou há 4 meses sobre a questão da electrificação do Casal do Lombo, bem como a conclusão da reparação da estrada em frente da sua casa. -----
-----O senhor presidente da Câmara disse estar a aguardar que os serviços municipais lhe forneçam todos os elementos para poder provar a forma como as coisas foram feitas. -----
- 1620. AUGUSTO GOMES ANICETO:** Presente o senhor Augusto Gomes Aniceto, residente no lugar de Azambujeira dos Carros, freguesia de Roliça, solicitou o alcatroamento do arruamento de acesso a sua casa. -----
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que vai procurar fazer chegar os alcatroamentos até esta casa isolada. -----
- 1621. LUIS FRANCO:** Presente o senhor Luis Franco, residente na rua sem nome paralela à Rua Jerónimo da Mota, vila e freguesia de Bombarral, solicitaram o alcatroamento da mesma. -----
- 1622. JULIO HENRIQUES:** Presente o senhor Júlio Henriques, reclamou pelo facto de ainda não lhe ter sido fornecido o documento prometido pelo senhor presidente da Câmara na reunião de 14.08.2000. -----
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que amanhã fará chegar o referido documento ao munícipe. -----

-----Nada mais havendo a tratar pelas 20.30 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que lavrou a acta. -----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: